

AS AÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE PÚBLICA

Carlos Henrique Catuaba de **OLIVEIRA**¹

Eva Sandra Monteiro **CIPOLA**²

RESUMO

O artigo traz uma reflexão sobre a gestão democrática que mostra como esta ação pode trazer inúmeros benefícios para o sistema educacional brasileiro, mas também, quando não bem administrado, é possível que acarrete em consequências muito desgastantes para toda comunidade escolar. Pela presente problemática, é necessário que seja compreendida qual é a função desta gestão para que se possa usufruir deste rico benefício para que haja melhorias no sistema educacional, contando com a ajuda dos gestores, professores, funcionários, pais e alunos para que se concretize uma política democrática. É válido ressaltar que este trabalho tem como objetivo trazer reflexões sobre possibilidades de um sucesso nesta gestão e não respostas concretas.

Palavras-Chaves: Gestão Democrática, Sistema Educacional, Política Democrática.

ABSTRACT

The article brings a reflection on the democratic management that shows how this action can bring many benefits to the Brazilian educational system, but also if it is not well administered can have very devastating consequences for the whole school community. That is why it is necessary to understand the function of this management so that it can benefit from this rich benefit so that there are improvements in the educational system, with the help of managers, teachers, employees, parents and students to achieve a democratic policy. But it is worth emphasizing that this work aims to bring reflections about the possibilities of a success in this management and not concrete answers.

Key-words: Democratic Management, Educational System, Democratic Policy

¹ Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUC CAMPINAS e em Geografia pela UNAR. E-mail carloscatuaba@hotmail.com

² Coordenadora e orientadora dos cursos de Pós Graduação e MBA do UNAR . e-mail: eva.cipola@unar.edu.br

Recebido em: 04/07/2018 - Aceito para publicação em: 17/11/2018

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir sobre as ações da gestão democrática no âmbito escolar da rede pública. Para que possa contribuir com discussões dos dirigentes, supervisores diretores, professores, funcionários e toda a comunidade que permeia a região escolar para uma melhor organização escolar.

Gestão Democrática é aquilo que envolve o social, que tem como objetivo sintetizar as informações do que está pré-planejado para que assim possa conquistar possíveis resultados plausíveis. Deste modo, a ideia desta gestão é compendiar as relações pessoais, isto é, se faz necessário a interação de todos, desde equipe administrativa e pedagógica, até a comunidade escolar, para que possa concretizar objetivos em benefícios escolares para uma melhor interação e foco-aprendizagem.

Por isso, a ideia de que o diretor é aquele que manda cai por terra, pois o objetivo dessa gestão é que todos possam democraticamente tomar as melhores decisões em benefício da escola. Com efeito, ao pegarmos essa informação de forma literal, cairemos no questionamento: “mas pra que serve, então, o diretor?” O diretor sempre foi visto como o chefe da escola, a autoridade máxima que tinha pulso firme e tomava todas as medidas cabíveis, mesmo que todos fossem contra, porém, essa ideia mudou. Com a elaboração da gestão democrática, o diretor deixa de ser um “chefe” e passa a ser um “líder” que ouve seus colaboradores e por sua vez faz a diferença para um melhor desempenho escolar, pois de “ditador” passa a democrático.

Vale ressaltar, que esta visão de gestão democrática vem crescendo na atualidade, até mesmo por incentivo de planos governamentais, porém há ainda vários desafios a serem enfrentados, que por sua vez podem trazer o sucesso ou até mesmo o fracasso. Por isso, serão observadas algumas informações sobre documentos, como ECA, LDB e PNFCE, para que se possam coletar, informações plausíveis sobre este importante tema para a atual situação da educação.

AS PRÁTICAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ao analisar a história da educação no Brasil, é possível observar que as transformações ocorridas traçam o perfil dos atuais gestores da rede pública. Dá-se destaque exclusivamente no período do regime militar, no qual o autoritarismo era fortemente utilizado em todas as instituições, mas não era apenas o diretor que desempenhava este papel; professores também. Estes tinham total autonomia para aplicar medidas para ensinar as crianças e os jovens, mesmo que fosse necessária a agressão física e até mesmo a psicológica. Com efeito, notava-se uma sala de aula em repleto silêncio, pois o medo de fazer algo que não agradasse o professor ou não soubessem a resposta lhes acarretariam em uma “palmada”. Com a queda do regime militar, devido às lutas pela democracia, os representantes políticos revisaram a constituição e deram ênfase aos direitos humanos, e também onde foram revistas as leis de diretrizes e bases da educação, e a concretização do ECA que por muito tempo foi visto como aquele que deu direitos aos jovens e tirou o “poder” do educador. Todavia, não é este objetivo, além de enfatizar a importância da educação, o ECA tem a importância de concretizar direitos e deveres das crianças e jovens, pois é um adjacente de preceitos do ordenamento jurídico brasileiro que tem como alvo a proteção integral da criança e do adolescente, sendo responsabilidade dos juízes por tomar decisões cabíveis.

A importância da educação e do seu impacto na qualidade de vida da população é tão evidente que há muitas outras legislações, nacionais e internacionais, além das já citadas, que discutem o direito legítimo à educação. Como exemplos, podem-se citar dois artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e um artigo na Carta Internacional dos Direitos Humanos, também intitulada Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) na sua Resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948 (BRASIL/MEC, 2006, p. 57).

Por isso, a educação tem como foco a necessidade de oferecer um desenvolvimento do indivíduo com participação cidadã e com elaboração da reflexão crítica sobre a sua realidade, partindo de uma gestão democrática.

Há diversos problemas em tais orientações às Escolas. Primeiro, a obrigatoriedade de implementação de tais medidas acaba por invalidar suas finalidades de democratização da gestão, porque não se impõe democracia, constrói-se, conquista-se. (...) efetivamente tais medidas passam a serem meras formalidades legais, mas, ao mesmo tempo parecem estar servindo para a consecução de um novo modelo de escola, na direção de transformar numa instituição empreendedora e competitiva, tal quais as empresas de sucesso. (SANTOS, 2003, p.106)

Haja vista, quando pegamos a nova LDB 9394/96 é possível observar indícios das ações da gestão democrática. Pois fala-se em uma gestão participativa com uma nova realidade, a qual traz ao gestor a possibilidade de elaborar estratégias para que se possa progredir e se manifestar uma pluralidade de inovações no âmbito educacional, porque cria-se conselhos com o objetivo de trazer a comunidade para perto e assim seja possível conhecer os problemas que norteiam a escola. Contudo, não se deve esquecer que nem todas as instituições públicas educacionais ainda estão aptas para a gestão democrática, pois muitas vezes, por inúmeros motivos, sendo justificáveis ou não, o diretor com sua primazia tomam todas as decisões e assim limitam a participação, dos professores, funcionários e da comunidade.

Porém, a gestão democrática vem se consolidando no sistema educacional de forma organizada, de um modo que trás a oportunidade de oferta para inúmeras experiências, desde individuais até para o coletivo, tudo em benefício do aprendizado.

A escola tem uma contribuição indispensável e insubstituível embora limitada a dar para a afirmação histórica das classes populares, na medida em que pode favorecer a ampliação da compreensão do mundo, de si mesmo, dos outros e das relações sociais, essencial para a construção da sua presença histórica, responsável e consciente, no exercício da cidadania (HORA, 1994, p. 49).

Essa contribuição vem com o objetivo de desenvolver a cidadania, a qual possui quatro pilares: a participação, pluralismo, autonomia e a transparência. Estes que nos mostram um a heterogeneidade dos interesses que fazem parte da escola através de

uma política escolar, que por sua vez é a formulação de uma estrutura que buscam uma elaboração educacional com mais qualidade, dando ênfase à cultura e à democracia.

Para que estes pilares funcionem efetivamente, esta gestão sistematiza algumas funções consideradas indispensáveis: Os Conselhos Escolares, Conselho de Classe, APM e o Grêmio Estudantil que dará a total colaboração de todos que norteiam a comunidade escolar e dará aos alunos a conscientização e a importância da participação política engajando-se em projetos para a construção de uma escola politizada.

Portanto, o diretor quando realiza a função democrática ele age com a importância de ouvir, interagir e com respeito para que assim possa haver uma progressão naquilo que se busca em benefício da escola.

OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Porém nem tudo é tão simples; a gestão democrática também possui inúmeros desafios que são necessários serem refletidos para que o trabalho que muitas vezes iniciam há anos não caia por terra. Por isso, o gestor tem a função de conhecer a equipe com quem está trabalhando, pois há inúmeras crenças, culturas, religiões, valores e pensamentos opostos, e muitas vezes há a complexidade de agradar a todos. Sendo assim, essa difícil missão tende-se a ser complexa e não pode se distanciar daquilo que contém na legislação e no rendimento escolar. E vale lembrar que o gestor não deve focar apenas no administrativo e jurídico, ele deve ter o equilíbrio destes e das questões pedagógicas para manter a estabilização do projeto político pedagógico.

As organizações precisam adequar-se ao contexto sociopolítico e às exigências de sua época, a sua existência só tem sentido quando cumpre sua função social, e a vida das pessoas nas organizações constitui parte significativa desse processo de formação; portanto, a escola além de instruir e formar intelectual e

socialmente os alunos é um campo de aprendizagem social e de convívio humano que cultiva valores, ensinamentos, sentimentos e provoca desafios a todos os participantes dessa comunidade educativa. (ALONSO 2007 p.28).

Outros desafios, que norteiam a gestão democrática é a questão da modernização e a profissionalização em benefício da escola, pois é nítida a falta de colaboração dos governantes com recursos e verbas, que são muito importantes. Haja vista sem recursos, é impossível capacitar professores para encarar as dificuldades que rodeiam o mundo contemporâneo, como por exemplo, a inclusão. A inclusão é algo que para muitos professores tem se tornado um desafio, pois é algo considerado novo e muitas vezes a sua formação nunca preparou este para este desafio. E sem o apoio, dificilmente o professor se sente motivado. Professor desmotivado pode prejudicar o regimento escolar dos alunos, e isto pode gerar o desinteresse. Além deste desafio, encontramos a problemática da falta das tecnologias. Muitas escolas encontram apenas em seu campus lousas e giz, dificultando então suas relações entre a tecnologia do mundo atual fazendo com que o desinteresse aumente, pois no mundo atual, com a geração do imediatismo o jovem se prende pelo saber quando há uma inovação, ou seja, uma readaptação no ensinar.

Um fato inegável é a indisciplina, este que envolve violências verbais e físicas desde alunos entre si, até mesmo de alunos que agridem professores, funcionários e gestores. Fatos que acarretam inúmeros desafios para a gestão democrática, estes os quais muitas vezes encontram-se juntamente com os problemas com as drogas que em “surdina” é vendido dentro da própria escola pelos próprios alunos causando problemas agravantes e causando um desequilíbrio para a segurança dos alunos.

Percebemos que o mundo e a sociedade evoluem e se transformam; contudo, os valores humanos estão sendo menosprezados, banalizados. Em decorrência, a violência nas escolas, que não é um fenômeno recente, está cada vez mais presente e marcante, tornando-se um fenômeno preocupante (CASTIGLIONI, 2007, p.10).

Como citado por Castiglioni, estes fatos vêm crescendo de forma gradativa e dificilmente a escola recebe um apoio necessário para conter este desequilíbrio, pois não há suporte necessário dos conselhos tutelares e das rondas escolares devido à falta de estrutura no sistema de segurança estadual que por sua vez falha por conta da ausência de recursos financeiros, pois falta funcionários para conter a necessidade da demanda.

Também é encontrado outro grande desafio: o envolvimento da comunidade, muitos acreditam que essa ação é desnecessária, pois já existe um diretor, e ele que deve tomar as decisões e não consultar os colaboradores. Visto que reuniões irão tomar seu tempo ou que não haverá acordos, pois existe situação de desentendimentos e se isso ocorre, se distancia do propósito da gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todos os fatos, a gestão democrática é uma ação que pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade e para a educação escolar, pois é através dela que há a possibilidade de trazer as famílias mais próximas da escola para compreender as necessidades que está passando, e trará possibilidades para um melhor desempenho escolar.

Estes fatos poderiam ajudar a amenizar alguns problemas sociais que norteiam a escola e até mesmo a sociedade, que é a violência. Mesmo sendo um desafio que limita a concretização da gestão democrática, ele pode ser superada, e se alcançado esta vitória, a população pode ser beneficiada, pois trará a realização de um “sonho”, como dito pelo Paulo Freire:

“Se sonhamos com uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana, o nosso testemunho deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em face dos fatos, defende a capacidade do ser humano em avaliar, de compreender, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo.” (FREIRE, P.1997, p. 58-59)”

Portanto, a possibilidade da concretização da gestão democrática quando há colaboração de todos e enfatizado os quatro pilares: a participação, pluralismo, autonomia e a transparência e a construção dos Conselhos Escolares, Conselho de Classe, APM e o Grêmio Estudantil é possível superar desafios que por muitas vezes é visto sem solução. Desde que haja uma colaboração de todos os membros de uma forma democrática.

Não há conscientização sem a tomada de consciência, mas nem toda tomada de consciência se alonga obrigatoriamente em conscientização. É neste sentido que a pura tomada de consciência a que falte a curiosidade cautelosa mas arriscada, a reflexão crítica, a rigorosidade dos procedimentos de aproximação ao objeto fica no nível do “senso comum”. (FREIRE, P. 2001, p 112).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: IESDE, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa Nacional do Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. 2004.

_____. Conselhos Escolares: gestão democrática da educação e escolha do diretor. In: **Programa Nacional do Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.ht> Acesso em: 20 dez. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Vozes, 1997.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade**. PAZ E TERRA S/A, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**, Paz e Terra, 1992.

_____. **Política e educação**. 6ª edição, São Paulo: Cortez, 2001 (a) (Coleção questões da nossa época; v.23).

_____. **A educação na cidade**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2001 (b).

GADOTTI, Moacir. **Organização e Democracia Radical; Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. Cortez, 2000

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2017.

CASTIGLIONI, Vera Lúcia Baptista. Edição especial: **Desafios da Gestão Escolar**. In: Salto para o Futuro. Ano XXI. Boletim 17, Nov./ 2011.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. Ática, 2002.